BENTO XVI – 7 anos de um papado

LUCELMO LACERDA*

Resumo

O presente artigo se propõe a uma breve leitura dos sete anos de papado de Bento XVI. Optou-se por uma leitura das linhas gerais do papado, identificadas em uma análise que combina uma articulação entre discursos, enunciados simbólicos e práticas do papado, desta forma, depois de uma introdução, desenvolvemos um espaço de reflexão sobre as permanências e rupturas em face do papado de João Paulo II, uma rápida introdução ao fio condutor do papado de Bento XVI, que é o princípio do controle em detrimento da acomodação, que, nessa perspectiva, é vista como concessão às falsas interpretações da fé e traição à reta doutrina.

Palavras-chave: Papa; Controle; Conservadorismo; Igreja Católica; Teologia da Libertação.

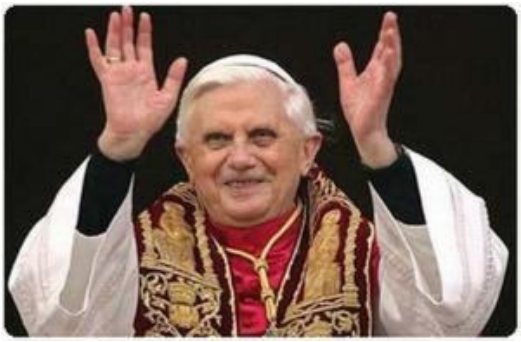
Abstract

This article proposes a brief reading of the seven-year papacy of Benedict XVI. We opted for a general reading of the papacy, identified in an analysis that combines a connection between speeches, statements and symbolic practices of the papacy, thus, after an introduction, we develop a space for reflection on the continuities and ruptures in the face the papacy of John Paul II, a brief introduction to the thread of the papacy of Benedict XVI, who is the principle of control over the room, in that context, is seen as a concession to false interpretations of faith and betrayal of the right doctrine.

Key words: Pope; Control; Conservatism; the Catholic Church; Liberation Theology.

* **LUCELMO LACERDA** é Mestre em História pela PUC-SP e Doutorando em Educação pela PUC-SP.

Introdução



Desde há muito que não se pode olhar as estruturas religiosas de modo ingênuo, elas fazem parte da sociedade e são entrecortadas pelas contradições sociais. Ocorre, contudo, que a relação com a sociedade não é também uma relação mecânica, em que as estruturas sociais possuem uma correspondência automática nessas estruturas religiosas.

Para Bourdieu (2003), as religiões institucionalizadas emergem primeiramente de um indivíduo carismático, que congrega adeptos em torno de sua proposta religiosa e acumula um capital simbólico, que é utilizado por seus seguidores, que são os detentores desse capital simbólico deixado pelo carismático fundador. Na medida em que essa religião cresce, ela burocratiza o carisma e desenvolve uma casta altamente especializada de detentores desse capital simbólico.

Esse corpo de especialistas no interior da estrutura religiosa são os sacerdotes e essa estrutura funciona com regras específicas que remetem a esse arcabouço simbólico fundante, que se desenvolve e vai ganhando novos contornos conforme os interesses dos sacerdotes, mas também respondem à sociedade e às forças sociais que a pressionam.

Essa correspondência, como já dito, não é imediata, mas mediada pelos interesses específicos da burocracia hegemônica na Igreja. No caso da Igreja Católica, em face de sua dimensão universal, a burocratização alcançou níveis jamais vistos em uma estrutura religiosa e o corpo de especialistas detentores do capital simbólico se organizou de um modo inédito, por meio de camadas de densidade simbólica, na qual se tem o padre ou o religioso numa ponta, sucessivamente majorado pelo bispo, cardeal e papa (sem falar nos múltiplos outros cargos derivados), sendo que o último detém a verdade toda, o acesso total ao capital simbólico, a ponto de ser "infalível", conforme a doutrina católica (LACERDA, 2009).

A Igreja foi a força política hegemônica na Idade Média, mas desde seu fim, se tornou uma ilha do *Ancien Régime*. Contudo, sua porosidade social pressionava por uma modernização, que era combatida e criminalizada no ambiente religioso, até que, na segunda metade do século XX as forças modernizantes eram tão fortes a ponto de deslegitimar as perseguições[1].

Desde o fim da década de 1950, grande parte da Igreja Católica queria mudança na teologia, na prática e na liturgia. Esse desejo gerou o Concílio Vaticano II (1962-1965), que incorporou grande parte dessas demandas reformando o rito, o entendimento da Igreja sobre si mesma e muito mais.

O mais jovem perito do Concílio era Joseph Ratzinger, que condensava esse espírito progressista[2] (TORNIELLI,

[1] Basta lembrar que os papas João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978) haviam sido processados por modernismo na primeira metade do século XX;

[2] Muito se tem discutido sobre a propriedade em se dividir a Igreja em basicamente duas correntes, os progressistas e os conservadores. Há uma impropriedade semântica, posto que se

2007, pág. 71) em parceria com Karl Rahner, iminente teólogo. Ocorre que depois de 1968 e da conturbação social que marcou tal ano, Ratzinger foi lentamente fazendo um giro de 180 graus e, de líder do progressismo, se tornou arauto do conservadorismo, tendo fundado a revista internacional *Communio*, que congregou essa tendência (TORNIELLI, 2007, pág. 80).

O papado de João Paulo II (1978-2005) se inscreveu na missão de tolher o que considerou como excessos praticados em nome do Vaticano II. Seu braço teológico, desde 1981, foi Ratzinger, alçado ao cardinalato ainda sob o papado de Paulo VI.

Mas mais do que o teólogo que conferiu a linha doutrinal de João Paulo II, Ratzinger foi também o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé - CDF, posto no qual admoestou cerca de 140 teólogos, com o objetivo de uma "normalização" dos teólogos sob o jugo da cúria romana. Entre eles, o caso mais célebre foi o do teólogo brasileiro Leonardo Boff, que sofreu um processo inquisitório por seu livro *Igreja: Carisma e Poder*, onde tecia críticas à estrutura de poder da Igreja e foi censurado e obrigado a ficar em "silêncio obsequioso", isto é, obrigado a se privar de qualquer declaração pública, dar aulas, palestras, entrevistas, etc., além de ter sido demitido da editora Vozes (LACERDA, 2009).

Enquanto os ultraconservadores, uma pequena parte da Igreja, não reconheceram o Concílio e foram excomungados, os conservadores pós-conciliares, com ênfase para Joseph Ratzinger, assumiram retoricamente o Concílio como grande mestre, mas alertando para as "visões desviantes" do Vaticano II, ou ainda para um "falso Concílio" que supostamente os progressistas defendem.

Nesse sentido, Bento XVI acredita haver uma "hermenêutica da ruptura" e uma hermenêutica que refuta a ideia de ruptura na recepção do Concílio, sendo ele próprio, contudo, o grande formulador dessa "hermenêutica da continuidade", que lê o texto conciliar procurando no mesmo uma referendação para o *status quo*, isto é, mantendo uma situação precedente. Em suas palavras:

> Surge a pergunta: por que a recepção do Concílio, em grandes partes da Igreja, até agora teve lugar de modo tão difícil? Pois bem, tudo depende da justa interpretação do Concílio ou como diríamos hoje da sua correta hermenêutica, da justa chave de leitura e de aplicação. Os problemas da recepção derivaram do fato de que duas hermenêuticas contrárias se embateram e disputaram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente mas de modo cada vez mais visível, produziu e produz frutos. Por um lado, existe uma interpretação que gostaria de definir "hermenêutica da descontinuidade e da ruptura";

sugere que os progressistas defendem o progresso, enquanto os conservadores não e outra impropriedade é na rigidez da divisão, observamos, porém, que esses grupos se entendem como tais, formando revistas e outros órgãos próprios e embora a linha entre eles seja tênue, tal divisão é um importante recurso para o entendimento do embate político no interior da Igreja. A terminologia é hegemônica e irei usá-la sob a seguinte conceituação: progressismo é a tendência à aprovação de bandeiras liberais e a aproximação com as forças políticas que propõem a transformação do *status quo*, enquanto conservadores são aqueles que resistem às inovações na Igreja ao encontro da sociedade e se aproximam das forças que propõem uma sociedade baseada na ordem (cf. Nota Introdutória LACERDA, 2009);

> não raro, ela pôde valer-se da simpatia dos mass media e também de uma parte da teologia moderna. Por outro lado, há a "hermenêutica da reforma", da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu; é um sujeito que cresce no tempo e se desenvolve, permanecendo porém sempre o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho. A hermenêutica da descontinuidade corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio. (BENTO XVI, 2005)

Essa é, pois, a grande obra de Bento XVI, harmonizar, do ponto de vista da teoria teológica, a Igreja Católica Tridentina e a Igreja Pós-Conciliar. Se João XXIII e Paulo VI encaminharam a Igreja para o rumo da mudança, João Paulo II foi o papa responsável por recolocar o catolicismo nos trilhos da continuidade tridentina. Essa tarefa foi feita por seu Prefeito da CDF, Joseph Ratzinger[3]. Contudo, uma intensa preocupação de João Paulo II com a visibilidade da Igreja e com alguma acomodação com os dissonantes, fazendo uma política do "morde e assopra", impediu uma afirmação resoluta do catolicismo tridentino, tarefa só completada sob o papado de Ratzinger.

De Joseph Ratzinger a Bento XVI

Em abril de 2005 morreu João Paulo II, depois de um papado de vinte e sete anos, um dos únicos cardeais votantes que tinha sido seu eleitor era Joseph Ratzinger, que foi escolhido como seu sucessor e adotou o nome de Bento XVI.

Visto como extremamente conservador, Bento XVI ascendeu em um contexto de emergência da ultradireita europeia, pautada pelo discurso anti-imigratório e referenciada na retórica da "guerra ao terror", formulada nos EUA[4].

No brasão papal, a presença da capa beneditina, símbolo da resistência à invasão muçulmana na Península Ibérica no século VIII e de sua posterior expulsão no século XV referenda com segurança essa leitura, haja vista que o brasão é uma composição simbólica, organizada pela heráldica, que anuncia uma intenção explícita.

Não obstante, um ano depois de sua posse, o papa pronunciou o discurso de Regensburg, que não podem ser tomadas como frutos de um equívoco. Naquela ocasião, Bento XVI citou um discurso de Manoel II Paleólogo, que condenava os islâmicos por propagarem sua fé por meio da violência e despertou a oposição dos muçulmanos, que protestaram em várias partes do mundo ao que consideraram como ofensas por parte do papa.

Um intelectual da estatura de Ratzinger não comete gafes, sobretudo quando profere uma fala oficial, na condição de líder da maior Igreja do mundo. Bento XVI pronunciava seu papado como um governo de busca do unitarismo cristão católico em oposição a todo o anátema, todo ele erro.

No interior da Igreja, abriu amplo espaço para os grupos mais conservadores. Três fatos marcam essa iniciativa: o primeiro fato é a retirada da

[3] A questão mais evidente foi identidade da Igreja Católica em face da Igreja de Cristo, abordada mais à frente;

[4] Note-se que a migração para a Europa é, em grande medida, de muçulmanos vindos do Oriente Médio e principalmente norte da África;

excomunhão do grupo do bispo Marcel Lefebvre, expulso da Igreja por não aceitar o Vaticano II[5]; o segundo é a aceitação do rito de São Pio V[6], utilizado antes do Vaticano II, no qual a missa é celebrada em latim e de costas para os fiéis e que havia sido proibida por Paulo VI e; por fim, a realização da maior beatificação da história da Igreja Católica, 498 católicos que cerraram fileiras nas hostes fascistas do general Franco contra a República Espanhola.

Mas apesar de posicionar-se socialmente em uma área do espectro político à direita, o papa não se identifica totalmente com ele, pela própria natureza de seu cargo que, na zona cinzenta entre a chefia de estado e chefia da Igreja, dá primazia a esta, articulando sua atuação com a autonomia relativa própria do exercício religioso. Assim, muito mais do que aquele que movimenta o mundo remando para a direita, talvez como o tenha feito João Paulo II em sua empreitada contra o comunismo no leste europeu, Bento XVI voltou-se em medida muito mais ampla para a própria Igreja.

Um papado de controle

O signo fundamental do papado de João Paulo II foi o "Retorno à Grande Disciplina", um esforço monumental para empreender o controle da Igreja Católica em âmbito universal em três vieses: o controle dos representantes de Deus, o controle do governo da Igreja e o controle das ideias, mas a dinâmica empreendida compreendia sempre um tênue balanço entre pressionar e afrouxar, em uma visão de acomodação e modelação (LACERDA, 2009).

A profissão de fé de Bento XVI se confunde com a profissão de uma teologia específica. Isto é, a fé se confunde com suas fórmulas linguísticas. Nessa perspectiva, a acomodação a diferentes possibilidades de ter fé é igual a uma concessão feita em prejuízo da verdadeira e unitária fé. Assim, deve-se promover a fé unitária e verdadeira e o caminho é a afirmação de tal unicidade e condenação de toda dissonância.

A visita de Bento XVI ao Brasil em 2007, por ocasião da Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, claramente recolocou a *Teologia da Libertação* nos termos da Guerra Fria. Pouco antes da vinda do papa o teólogo salvadorenho Jon Sobrino, adepto da TL, foi censurado pelo Vaticano, como um recado de que a visita papal tinha como principal função o alinhamento de qualquer dissonância à ordem vaticana.

Os discursos do papa também foram particularmente duros, demonstrando uma preocupação bastante atual do papado com a *Teologia da Libertação* – TL. O Prefeito da CDF permanece vivo no novo papa, constituindo a TL, um dos eixos dos discursos do papa nas visitas *ad limina* dos bispos do Brasil especialmente (COUTINHO, 2010).

Reiteradas foram as marcações sobre práticas difíceis de realizar por parte dos sacerdotes e, na prática, excludentes de grande parcela de fiéis, como o reiterado acento na proibição da

[5] A mais polêmica foi a de Richard Williamson, que é um veemente defensor da tese de que não houve holocausto. Depois desse episódio, a Primeira-Ministra alemã Ângela Merkel, intimou Bento XVI a "deixar bem claro" sua posição sobre o holocausto, o que ele fez em seguida, se afastando das posições de Williamson.

[6] Houve um novo incômodo com a comunidade judaica, uma vez que esse rito possui uma oração que pede a conversão dos judeus ao cristianismo;

realização de comunhão por pessoas que vivem juntas sem o casamento religioso e a recente proibição de que católicos se casem com não católicos (art. 1124 do Código de Direito Canônico).

Se João Paulo II queria recolocar a Igreja no palco público, fomentando sua capacidade de intervenção social, Bento XVI quer uma Igreja mais sólida, mais consistente, católicos mais praticantes, de convicção mais uniforme.

Este último ponto nos interessa especialmente. Bourdieu (2003, pág. 39) afirma que uma determinada proposta religiosa, quando sofre um processo de recrudescimento conservador, tende a calcificar suas doutrinas a partir da oficialização e sacralização das mesmas. O governo de João Paulo II foi um célebre exemplo da adequabilidade da teoria de Bourdieu, a Igreja admoestou mais de uma centena de teólogos e produziu uma quantidade alucinante de documentos, sendo o mais importante deles o *Catecismo*, escrito por ninguém menos do que pelo Cardeal Joseph Ratzinger. Nele se oficializou uma padronização conservadora da doutrina da Igreja.

Também são salientes os documentos que interpretam os textos conciliares. O Concílio Vaticano II (1962-1965) se encerrou em clima de *Primavera da Igreja* e a teologia caminhava em plurais direções, a leitura hegemônica dos documentos era feita pela ala progressista da Igreja cujas interpretações se tornariam o alvo privilegiado de João Paulo II e Ratzinger. Nas palavras de Karl Rahner "Depois de viver o espírito primaveril do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica mergulhou, nos anos [19]80, num rigoroso inverno que reforçou a disciplina interna e a centralização" (*apud* BEOZZO, 1993, p. 290). Nesse sentido, emblemático é o conflito acerca da Igreja de Cristo e a Igreja Católica.

O documento preparatório do Concílio afirmava que "a Igreja Católica é [*est*] a Igreja de Cristo", o que foi mudado no documento final por "a Igreja de Cristo subsiste na [*subsistit in*] Igreja Católica". Tendo em vista que no imediato pós-Concílio os ventos progressistas eram francamente largos na Igreja, havia uma inteligência liberalizante sobre o texto conciliar. Na Europa, e na América Latina, as correntes progressistas coincidiam na leitura do *subsistit in* em acordo com a aceitação da pluralidade eclesial, de que a Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica (de forma mais perfeita, em toda sua expressão) mas não somente nela, subsistindo também no mundo protestante, que também constituiria Igrejas.

O termo *subsistit in* é tomado por Raztinger como sinônimo de *est*, cuja troca, segundo ele, é motivada pela amenidade do novo termo e não por uma diferença em seu significado. Isto é, para ele, as organizações protestantes têm apenas elementos eclesiais e formam comunidades eclesiais, mas não igrejas.

O teólogo brasileiro Leonardo Boff defendeu a posição pluralista da fórmula em seu livro *Igreja: Carisma e Poder*, que acabou condenado pelo Vaticano. Seu inquiridor, Joseph Ratzinger, condenou oficialmente a interpretação progressista e oficializou a leitura conservadora no documento *Dominus Jesus* em 2000, onde Boff foi congratulado com uma nota, em que se tornou exemplo de que teologia não se fazer.

Em 2007, Bento XVI voltou ao tema, procurando repisá-lo para torná-lo parte irrefutável do catolicismo. Novamente Boff foi dignado com uma nota como mau exemplo no documento *Respostas a algumas perguntas sobre certos aspectos da doutrina sobre a Igreja* apresentada no dia 10/07/2007 (LACERDA, 2009, pág. 103).

Para alcançar a Igreja reduzida e firme em que acredita, o papa investe na diferenciação com as demais igrejas cristãs. Na reforma administrativa que fez no Vaticano rebaixou o *status* do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, englobando-o no Conselho para a Cultura, o que corresponde a declarar a questão ecumênica como um tema que não participa da agenda prioritária do papa.

Afastou também, o novo papa, os anglicanos, com a publicação de uma normativa para sua conversão, iniciativa que Küng denominou de "tragédia". Essa ofensa aos anglicanos foi revidada recentemente, quando a autoridade máxima da igreja inglesa, Rowam Williams (CASTLE, 2010) afirmou que a Igreja Católica na Irlanda não tem mais nenhuma credibilidade devido à cumplicidade com os escândalos de abuso sexual contra crianças.

Conclusão

Joseph Ratzinger iniciou sua grande obra no papado de João Paulo II, como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, uma operação teórica que possibilitasse um retorno ao catolicismo tridentino sem a rejeição formal aos documentos emanados do Concílio Vaticano II.

Tal obra foi obstacularizada pela índole de João Paulo II, que optou sempre por uma imposição gradativa e que nunca fechou totalmente os canais de diálogo com as Igrejas Locais dissonantes, como a brasileira.

Não obstante, ainda no papado de seu predecessor, Ratzinger conseguiu impor um retorno ao entendimento pré-conciliar da identificação entre a Igreja de Cristo e a Igreja Católica, foi bem sucedido também na repressão aos teólogos liberais e libertadores.

No entanto, a conclusão da tarefa proposta foi realmente realizada em seu próprio papado. Apesar de se inscrever explicitamente no contexto de ascensão da ultradireita europeia, Bento XVI se debruçou de maneira muito mais intensa sobre a própria Igreja e operou um processo intenso de retorno de uma religiosidade medieval, fechada em si mesma e oposta ao mundo.

João Paulo II teve um papado muito longo e em benefício da "restauração" (LACERDA, 2010) que promoveu, utilizou-se da receita de Ratzinger: "normalizar" o clero pela nomeação exclusiva de bispos de conservadorismo comprovado.

Beozzo (1993, p. 279) aponta a supressão da indicação do bispo substituído, quando este é simpatizante da Teologia da Libertação, na decisão final do novo bispo a ser nomeado, restando somente as opiniões do Núncio e dos mais conservadores representantes do episcopado, enquanto Löwy (2000, p. 216) acentua o fato de que se tornou condição para a ascensão clerical um posicionamento jamais crítico em relação à Igreja. Hervieu-Léger (1999, p. 297), trabalhando com o caso francês, desvelou, por sua vez, o caráter universal da ação normalizadora do Vaticano.

Por fim, verifica-se que João Paulo II logrou substituir quase todos os cardeais contemporâneos do plural papado de

Paulo VI, tarefa também completada por Bento XVI, ele mesmo, o último cardeal em exercício a ter vivido os tempos da *Primavera da Igreja*.

Referências:

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo.** Petrópolis-RJ: Vozes. 1993; (Coleção Igreja do Brasil)

BETTO, Frei. Entrevista concedida ao autor em 27 de janeiro de 2010.

BENTO XVI, Papa. **Discurso aos Cardeais, Arcebispos e Prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia_po.html>. Acesso em: 15 abril 2012

BERNSTEIN, P. POLITI, M. **Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta do Nosso Tempo**. São Paulo: Objetiva. 1996.

BOURDIEU, Pierre; **A Economia das Trocas Simbólicas**; Tradução de Sérgio Miceli *et all*; São Paulo: Perspectiva; 2003;

CASTLE, Tim. **Líder anglicano diz que igreja irlandesa perdeu credibilidade.** O Estado de São Paulo. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lider-anglicano-diz-que-igreja-irlandesa-perdeu-credibilidade,533181,0.htm . 03 de abril de 2010.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. **A pauta de Bento XVI à Igreja do Brasil: Um balanço das visitas ad limina.** Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/noticias/38471-a-pauta-de-bento-xvi-a-igreja-do-brasil-um-balanco-das-visitas-ad-limina, acessado em 14 de abril de 2012

DUSSEL, Henrique. **Teologia da Libertação: Um Panorama de seu Desenvolvimento**. Petrópolis-RJ: Vozes. 1997.

FLEET, Michael. "O Neoconservadorismo na América Latina". *in* LAURENTIN. R.. ROUSSEUAU. A.. SÖLLE, D.. **O Neoconservadorismo: um fenômeno social e religioso**. Petrópolis-RJ: Vozes. Concilium 161. 1981.

FOLHA ONLINE. **Vaticano apresenta documento que facilita missa em latim**. disponível em www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/visitadopapaaobrasil.shtml. 07 de julho de 2007;

HERVIEU-LÉGER, Daniele. "O bispo. a Igreja e a modernidade". In: LUNEAU. René. MICHEL. Patrick. **Nem todos os aminhos levam a Roma: As mutações atuais do catolicismo**. Petrópolis-RJ: Vozes. 1999. p. 291-322.

KÜNG, Hans. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.

LACERDA, Lucelmo, **Uma análise da polêmica em torno do livro "Igreja: carisma e poder", de Leonardo Boff, na Arquidiocese do Rio de Janeiro**; Dissertação de Mestrado em História da PUC-SP; disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=135917&co_midia=2

_____Roma Locuta: Causa Finita? O repto da Igreja brasileira ao papado de João Paulo II. **Revista História em Reflexão**. Vol. 4 nº 8 - UFGD - Dourados Jul/Dez 2010. Disponível em http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/957/592

LERNOUX, Penny. **A Barca de Pedro, nos bastidores da Igreja**. São Paulo: Ática, 1992.

LIBÂNIO, João Batista; "Apresentação didática"; In: CELAM; **III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Conclusões de Puebla, a Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina**; São Paulo: Edições Loyola; 1979; pág. 55-80;

LÖWY. Michael. **Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

TORNIELLI, Andrea. **Bento XVI: Guardião da fé**. São Paulo: Record. 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: Educ. 2007.

YALLOP, David. **O Poder e a Glória: o lado negro do Vaticano de João Paulo II.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 2007.